

O QUE ESTAMOS PESQUISANDO



Sob a chancela do corpo docente da Unisul Campus Universitário da Grande Florianópolis, eis o resultado dos trabalhos monográficos indicados para publicação, meticulosamente revisados por professores orientadores, membros integrantes de banca e coordenadores de núcleo de monografia.

PORN REVENGE: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA EFICÁCIA DA LEI Nº 13.718, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018 EM FRENTE ÀS DECISÕES BRASILEIRAS E À LEGISLAÇÃO MUNDIAL

Acadêmico: Adolfo Robert

Orientador: Rodrigo Indalêncio Vilela Veiga

Examinadora: Priscila de Azambuja Tagliari

Examinadora: Eliana Becker

E-mail: lobodolfo@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho apresenta, em escala mundial, o fenômeno da pornografia de vingança, demonstrando os danos que a prática traz para as vítimas. Através de busca exploratória de material jurisprudencial, foi realizada uma análise comparativa de decisões proferidas anteriores à vigência da Lei nº 13.718, além de elencar as mudanças que o novo dispositivo trouxe ao Código Penal Brasileiro, de forma a concluir a eficácia da nova punição aprovada. Ainda, traz legislações de oito países que tratam do *porn revenge*, de modo a estudar as maneiras que cada país encontrou de combater a pornografia de vingança e comparar, uma última vez, com a legislação brasileira, para medir a posição do novo dispositivo perante o âmbito mundial. Ao final, traz uma crítica à tendência que a sociedade atual tem de lidar com esse tipo de agressão contra a dignidade sexual e traz sugestões para que as mudanças trazidas pela Lei nº 13.718 sejam ainda mais efetivas.

Palavras Chave: Pornografia de Vingança. *Porn Revenge*. Eficácia da Lei nº 13.718/18.

A (IM)POSSIBILIDADE DE RESTRIÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO PELO DISCURSO DO ÓDIO

Acadêmica: Caroline Garcia Bruning

Orientadora: Sâmia Mônica Fortunato

Examinadora: Patrícia de Oliveira França.

Examinador: Rodrigo Nunes Lunardelli

E-mail: carolbruning@msn.com

Resumo: Considerando a relevante problemática do discurso do ódio e da liberdade de expressão na atualidade, diante da recorrente aparição do referido discurso, a presente pesquisa visa responder se é possível restringir o referido direito quando exercido por meio do discurso do ódio. Objetiva-se verificar a possibilidade de restrição da liberdade de expressão pelo discurso do ódio, de modo que se deve abordar esse direito, apresentar o discurso do ódio e demonstrar o conflito existente entre direitos fundamentais, assim como as suas possíveis resoluções. A liberdade de manifestação do pensamento é a liberdade de manifestar livremente as suas ideias e opiniões, diante do juízo de valor, sem ser censurado previamente e sem necessidade de repassar somente informações verídicas, pois se trata de um direito subjetivo. Já o discurso do ódio, por sua vez, é considerado como toda conduta que expressa a intolerância e incita o preconceito e a discriminação contra as minorias por razões superficiais. A problemática gira em torno da resolução desse conflito, pois ainda que o discurso do ódio seja uma forma de manifestação do pensamento, ocasiona em ofensa aos outros direitos fundamentais. A abordagem é de pensamento dedutivo, de natureza qualitativa, de procedimento monográfico e a técnica de pesquisa é bibliográfica e documental. Isso porque a pesquisa é fundamentada em doutrinas, artigos científicos, legislação, jurisprudência, teses, dissertações e pesquisas. Desse modo, observa-se que existem algumas soluções para o conflito em questão apontadas pela doutrina e jurisprudência pátria, como a aplicação da técnica da ponderação e do princípio da proporcionalidade, tendo em vista sempre o caso concreto, o que permite concluir que é possível a restrição da liberdade de expressão quando exercida por meio do discurso do ódio.

Palavras-chave: Direito constitucional. Liberdade de expressão. Discurso do ódio.

A APLICABILIDADE DO INSTITUTO DA ARBITRAGEM NO DIREITO DO TRABALHO

Acadêmica: Daiana Haiduk

Orientadora: Carolina Aragão de Santana

Examinador: Elvis Daniel Muller

Examinador: Julian de Freitas Salvan

E-Mail: dai_haiduk@hotmail.com

Resumo: Esta pesquisa tem por objetivo apresentar o instituto da arbitragem como forma alternativa de solucionar os conflitos de natureza trabalhista. Os conflitos são litígios existentes em todas as áreas de relacionamento humano sendo inerente à vida em sociedade. É um impasse que surge da relação de duas ou mais pessoas, decorrentes de interesses divergentes, por isso, o Direito do Trabalho possui função de pacificar essas divergências aplicando o direito no caso concreto. E, diante das inúmeras transformações econômicas e sociais e do grande número de processos judiciais, os meios alternativos de soluções de conflitos, como a técnica da arbitragem, demonstram celeridade e eficácia. O presente trabalho tem como propósito verificar se a arbitragem como forma alternativa na resolução dos conflitos atuais é aplicável no Direito do Trabalho. Entretanto, são diversas as opiniões quanto à aplicabilidade desta ferramenta nos dissídios individuais trabalhistas, diferente do que acontece com os conflitos coletivos. Mas, diante da previsão legal atual, é perfeitamente possível aplicar o instituto da arbitragem no Direito do Trabalho, tanto nos conflitos coletivos, como nos conflitos individuais, desde que observados os requisitos legais. A pesquisa apresenta o resultado a partir do método dedutivo, de natureza qualitativa e procedimento monográfico, tendo como técnica de pesquisa a bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Direito do Trabalho. Conflitos Trabalhistas. Arbitragem.

A POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DIANTE DA INCAPACIDADE PARCIAL: CONDIÇÕES PESSOAIS E SOCIAIS

Acadêmica: Daiana Schuck

Orientadora: Patrícia de Oliveira França

Examinador: Hernani Luiz Sobierajski

Examinador: Hercílio Emerich Lentz

E-mail: daia_skk@hotmail.com

Resumo: A concessão de benefícios por incapacidade, essencialmente o auxílio-doença previdenciário e a aposentadoria por invalidez, junto ao Regime Geral da Previdência Social estão condicionadas ao cumprimento de certos requisitos como: qualidade de segurado, carência e incapacidade para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual de forma parcial e temporária, para o auxílio-doença e incapacidade definitiva insusceptível de reabilitação, para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, para a concessão de aposentadoria por invalidez, de acordo com a Lei de Benefícios n. 8.213/1991 e o Regulamento Geral da Previdência Social Decreto Lei n. 3.048/99. O objetivo desta monografia é verificar, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, a possibilidade da concessão da aposentadoria por invalidez mesmo diante da aferição de incapacidade parcial e quais os critérios de aplicação das condições pessoais e sociais, tendo em vista o grande número de processos indeferidos na via administrativa e concedidos judicialmente nos últimos anos, sendo o método de abordagem utilizado, quanto à natureza, qualitativo, e quanto ao pensamento, dedutivo. Conclui-se que a verificação da incapacidade definitiva para fins de aposentadoria por invalidez não se satisfaz apenas por meio de perícia médica, conforme preceitua o texto legal. A incapacidade para prover o seu próprio sustento pode decorrer da condição física, psicológica e social. A jurisprudência pacificou a súmula n. 47 da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, na qual assevera que uma vez reconhecida a incapacidade parcial, o juiz deve analisar as condições pessoais e sociais do segurado para a concessão de aposentadoria por invalidez. Entretanto, não se delimitou os critérios de aplicação da referida súmula, de modo que a utilização do enunciado pelos julgadores ocorre de forma discricionária, reduzindo seu alcance ao ir de encontro com casos de invalidez social.

Palavras-Chave: Aposentadoria por invalidez. Condições pessoais e sociais. Incapacidade parcial.

A (IM)POSSIBILIDADE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS SEREM RESPONSABILIZADAS CIVILMENTE POR DANOS SOCIOAMBIENTAIS CAUSADOS POR SEUS CLIENTES

Acadêmico: Diego Felipe da Silva

Orientadora: Giglione Edite Zenela Maia

Examinadora: Patricia de Oliveira França

Examinadora: Diane dal Mago

E-mail: ajk7724@gmail.com

Resumo: A Constituição Federal, especificamente em seu artigo 225, determina que é dever do Poder Público e da coletividade defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo este bem de uso de comum de povo. Para cumprir esta determinação constitucional é necessário observar os princípios e valores ligados ao meio ambiente, de forma a garantir uma atuação socioambiental. As consequências para o descumprimento da ordem constitucional de defender e preservar o meio ambiente são nefastas e, assim, o meio jurídico buscou tutelar este bem de uso comum do povo atribuindo a seus agressores a responsabilidade pelos danos cometidos, o que pode ser demonstrado através de decisões judiciais sobre o tema. É nesse contexto que se realiza o presente trabalho monográfico, no objetivo de responder a seguinte problemática: podem as instituições financeiras serem responsabilizadas civilmente por danos ambientais causados por seus clientes? Assim, o objetivo da pesquisa é impactar no mundo jurídico do direito ambiental, porém, buscar formas práticas de efetivação da sua tutela e assim atingir o fim a que a normatização se destina. E, para tanto, será necessário conceituar o instituto da responsabilidade civil e, também, o meio ambiente para através dos dois conceitos demonstrar os reflexos da responsabilidade civil na questão ambiental. Os procedimentos metodológicos adotados foram o método dedutivo, através de pesquisa qualitativa. E como resultado, tem-se que apesar do tema ser atual, ele não é novo, e assim está longe de ser esgotado. A importância e a abrangência da temática tornam necessário que se tenha uma base jurídica para a aferição da responsabilidade civil ambiental, uma vez que é dever de todos defender e preservar o meio ambiente, porém esta abrangência não pode ser um permissivo para se criar a insegurança jurídica. Por isso, a determinação do Banco Central do Brasil, através da resolução 4.327/2014, para que as instituições financeiras criem uma Política de Responsabilidade Socioambiental se apresenta como um avanço para se manter a abrangência do instituto da responsabilidade civil ambiental, mas também dar mais segurança jurídica às empresas que, ao alinharem seus princípios e valores com os preceitos ambientais, terão mais segurança de que caminham na direção certa tanto de evitar um dano ambiental, quanto de serem responsabilizadas civilmente por ele.

Palavras-chave: Responsabilidade civil. Meio ambiente. Responsabilidade civil ambiental.

A CONSTITUIÇÃO DE HOLDING FAMILIAR BUSCANDO A ORGANIZAÇÃO PATRIMONIAL E O AUXÍLIO NO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

Acadêmico: Eduardo Gomes Apolinário

Orientador: Hernani Luiz Sobierajski

Examinadora: Deisi Cristini Schweitzer

Examinador: Jeferson Puel

E-mail: eduardoapolinario2@gmail.com

Resumo: O presente trabalho aborda a constituição de uma holding familiar para auxiliar na organização patrimonial da família, bem como facilitar o planejamento sucessório, buscando a preservação do patrimônio e uma redução legal dos tributos incidentes sobre a sucessão. O trabalho tem como objetivo geral analisar a eficácia da holding na prevenção de conflitos, proteção do patrimônio e redução da carga tributária. Quanto aos procedimentos metodológicos, utiliza-se o método de abordagem dedutivo, tendo como o propósito alcançar uma premissa específica, partindo da generalidade. Para atingir os objetivos deste trabalho, descreve-se o início da utilização deste instrumento no Brasil, bem como suas principais características e benefícios, partindo para sua conceituação, caminhos para a constituição, objetivos e benefícios do planejamento sucessório, tendo a preservação do patrimônio como uma das necessidades, bem como, a consequência do planejamento tributário diante da possibilidade de redução de impostos. Por fim, conclui-se que a constituição da holding familiar, diante dos objetivos apresentados, é benéfica e válida para a família diante seus objetivos.

Palavras-Chave: Holding. Planejamento Sucessório. Proteção Patrimonial. Planejamento Tributário.

A (IN)SEGURANÇA JURÍDICA DECORRENTE DA ATUAÇÃO DO CADE FRENTE ÀS CONDUTAS LESIVAS À CONCORRÊNCIA

Acadêmica: Estefania del Carmen Castro Grignon

Orientador: Jeferson Puel

Examinador: Alexandre Russi,

Examinadora: Carina Milioli Corrêa

E-mail: stephcg23@gmail.com

Resumo: A infração à ordem econômica é prática reprimida pelo ordenamento jurídico brasileiro, embora a existência de práticas que possam trazer benefícios ao mercado seja parte do exercício da concorrência. O Estado tem o importante papel de verificar quando as condutas dos agentes econômicos caracterizam ou não conduta anticompetitiva, de modo que essa tarefa é desempenhada pelo Cade. Assim, o objetivo da presente monografia é verificar se há segurança jurídica na atuação do Cade frente às condutas lesivas à concorrência. Nesse contexto, apresenta-se a Estrutura do Sistema Brasileiro de Defesa Econômica e os conceitos necessários para se determinar as condutas anticompetitivas para, após, verificar as funções do Cade na repressão de condutas prejudiciais à concorrência. O método utilizado para esse trabalho é o dedutivo de natureza qualitativa, baseado principalmente na pesquisa em artigos científicos, doutrina e sites governamentais. Como resultado do presente trabalho, verificou-se ausência de definição de critérios adequados para identificação de infrações à ordem econômica, assim como a utilização de institutos antitruste estrangeiros sem a devida adaptação legislativa nacional, de forma a ocasionar controvérsias no âmbito da atuação do direito concorrencial.

Palavras-Chave: Defesa da Concorrência. Segurança Jurídica. Cade.

HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL: A (IM) POSSIBILIDADE DE RELATIVIZAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS FRENTE À AUTONOMIA DA VONTADE DO INDIVÍDUO

Acadêmica: Fernanda Freitas

Orientadora: Gigliane Zanela Maia

Examinador: Pedro Adilão Ferrari Junior

Examinadora: Dagliê Colaço

E-mail: nandafreitass@hotmail.com

Resumo: Este trabalho monográfico foi desenvolvido com o objetivo geral de identificar a possibilidade, ante as premissas da hermenêutica constitucional, de relativização das características dos direitos fundamentais frente ao princípio da autonomia da vontade do indivíduo. Os objetivos específicos da presente pesquisa são: a) contextualizar os direitos fundamentais do indivíduo e conceituar o princípio da dignidade da pessoa humana; b) apresentar acerca da hermenêutica constitucional no Brasil; c) estudar a autonomia da vontade do indivíduo e sua influência na relativização dos direitos fundamentais. A pesquisa possui método de abordagem dedutivo, de natureza qualitativa e procedimento monográfico. Para viabilizar o alcance de conclusões acerca da presente temática, inicialmente, são apresentadas as características e dimensões dos direitos fundamentais, que são normas jurídicas ligadas à ideia de limitação do poder estatal e dignidade da pessoa humana. Após, é analisada a hermenêutica constitucional, com enfoque nos métodos clássicos de interpretação da Constituição, além da autonomia da vontade do indivíduo, que garante a liberdade e a autodeterminação da pessoa humana. Por fim, são analisados os institutos do testamento vital e do aborto de fetos anencéfalos, para se chegar à conclusão de que há, ainda que de forma controvertida, a possibilidade de relativização de características dos direitos fundamentais ante a autonomia da vontade do indivíduo.

Palavras-chave: Direitos fundamentais. Hermenêutica constitucional. Autonomia da vontade.

OS IMPACTOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO MEIO JURÍDICO BRASILEIRO

Acadêmica: Franciele Regina Gerhart

Orientador: Joao da Silva

Examinador: Elvis Muller

Examinador: Paulo Carvalho

E-mail: Franzinha1965@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste estudo foi apresentar os impactos da Inteligência Artificial no âmbito jurídico, indicando as vantagens e os problemas que poderão surgir no futuro. O assunto é relevante no meio forense, que envolve o direito, princípios, ética, e a sociedade. Os principais objetivos do estudo são apresentar a história dos computadores, da internet, do aprendizado da máquina, das redes neurais biológicas artificiais, a ciência dos dados e da internet das coisas, conhecer as legislações brasileiras que regulamentam e dispõem sobre o acesso ao mundo virtual, visando a proteção dos usuários e sua privacidade. Além disso, o estudo tem como objetivo apontar os riscos do autômato e também apresentar as novas plataformas jurídicas apoiadas pela Inteligência Artificial que visam auxiliar os advogados e o judiciário, como a Ross Intelligence e o robô Victor. O estudo é uma pesquisa qualitativa, realizada por meio dedutivo e de procedimento técnico bibliográfico. As questões relacionadas à segurança na internet e o fluxo global de dados pessoais aceleraram a criação de lei específica, que trata do direito à privacidade que visa proteger os dados pessoais, também presente na Constituição.

Palavras-chave: Artificial Intelligence. Machine Learning. Privacidade. Autômato. Ross Intelligence. Victor.

O ENCONTRO FORTUITO DE PROVAS E SUA VALIDADE NO PROCESSO PENAL

Acadêmica: Gabriela Roldão França

Orientadora: Eliana Becker

Examinador: Everson Becker Silva

Examinador: Fabiano Zoldan

E-mail: gabirols@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo verificar a validade dos encontros fortuitos de prova no processo penal brasileiro, o que se faz com amparo na doutrina nacional e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, em razão do silêncio legislativo no tratamento da matéria. Para tanto, utiliza-se o método de abordagem de pensamento dedutivo e de natureza qualitativa, viabilizado por meio do método de procedimento monográfico e das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. A fim de construir um raciocínio lógico de pesquisa, o trabalho inicia-se com a fixação das bases principiológicas do processo penal, com enfoque especial aos princípios que norteiam a atividade probatória. Na sequência, apresenta os principais aspectos relativos à prova penal e algumas considerações sobre os meios de prova em espécie, tendo como foco a interceptação das comunicações telefônicas e a busca e apreensão domiciliar. Com base nessas premissas, o último capítulo de desenvolvimento introduz o tema do encontro fortuito de provas e traz um estudo doutrinário e jurisprudencial acerca da sua validade no processo como elemento hábil a sustentar uma condenação. Por fim, conclui que, embora a doutrina majoritária condicione a validade da prova fortuita à existência de relação de conexão ou continência entre o crime descoberto e aquele que originou a medida persecutória, a jurisprudência mais recente dos Tribunais Superiores tem dispensado esse critério, exigindo apenas a regularidade do procedimento investigatório para a validade dos elementos através dele obtidos, independente da vinculação entre os delitos.

Palavras-Chave: Processo Penal. Prova ilícita. Encontro fortuito de provas. Serendipidade.

POSSIBILIDADE DA USUCAPIÃO POR CONDÔMINO COM POSSE EXCLUSIVA SOBRE O BEM IMÓVEL

Acadêmica: Gêssica Bernardo

Orientadora: Deisi Cristini Schweitzer

Examinadora: Sâmia Mônica Fortunato

Examinador: Denis de Souza Luiz

E-mail: gessicabe1504@gmail.com

Resumo: O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo verificar a possibilidade da usucapião por condômino que exerce a posse exclusiva sobre o bem imóvel. Neste sentido, o trabalho monográfico abordará o entendimento dos doutrinadores e da jurisprudência acerca do referido tema. No decorrer da pesquisa são abordados os mais diversos assuntos como o instituto da posse, contemplando o seu conceito, teorias, classificação, efeitos, aquisição e perda. O direito real de propriedade é outro instituto analisado, elencando os conceitos e elementos constitutivos, bem como as características, classificação, função social, a aquisição e perda. Já em relação ao condomínio, outro instituto relevante para atingir o objetivo da pesquisa, são abordadas as modalidades, ou seja, voluntário, necessário e edilício. Por fim, analisada a usucapião, abordando o seu conceito, requisitos, modalidades, bem como a inovação trazida pelo Código de Processo Civil, Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, que acrescentou a possibilidade da usucapião extrajudicial em virtude da desjudicialização. O método de abordagem é de pensamento dedutivo, pois parte de uma situação geral, ou seja, posse, para o especial, a usucapião da posse exclusiva de bem imóvel por condômino. A natureza da pesquisa é qualitativa, com método de procedimento monográfico e técnica de pesquisa bibliográfica, tendo como base livros, legislação, doutrinas, jurisprudências e artigos jurídicos. O trabalho verifica por meio da análise jurisprudencial e doutrinária que é possível a usucapião por condômino quando houver posse exclusiva de bem imóvel, tanto pela via judicial quanto pela via extrajudicial.

Palavras-chave: Posse. Propriedade. Condomínio. Usucapião.

CRIMINAL COMPLIANCE COMO INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO AO CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO NA TRANSFERÊNCIA DE ATLETAS DE FUTEBOL NO BRASIL

Acadêmico: Henrique Dias Alperstedt

Orientador: Rodrigo Indalêncio Vilela Veiga

Examinadora: Eliana Becker

Examinadora: Priscila de Azambuja Tagliari

E-mail: hdiasalperstedt@gmail.com

Resumo: O presente Trabalho de Conclusão de Curso versa sobre a utilização do Criminal Compliance como instrumento de prevenção ao crime de lavagem de dinheiro na transferência de atletas de futebol no Brasil. O trabalho aborda o conceito de Compliance e suas características, o crime de lavagem de dinheiro e a importância do combate – de forma preventiva – ao delito. Por fim, discorre sobre o Criminal Compliance no que tange ao combate ao crime de lavagem de dinheiro, buscando o entendimento do funcionamento deste no mercado de transferência de atletas de futebol no Brasil, para constatar que o Criminal Compliance se trata de mecanismo complexo e multidisciplinar, capaz de colaborar com o Estado na prevenção ao crime de lavagem de dinheiro no setor supracitado, apesar das lacunas da legislação e impossibilidade de reduzir a zero o risco de cometimento do crime. Para tanto, será utilizado o procedimento monográfico, visto que trata de um tema específico.

Palavras-chave: Criminal Compliance. Lavagem de dinheiro. Futebol.

A (IM)POSSIBILIDADE DO USO PARASITÁRIO DE MARCA EM SITES DE BUSCAS

Acadêmico: João Artur Koerich

Orientador: Pedro Adilão Ferrari Junior

Examinadora: Giglione Edite Zanela Maia

Examinadora: Dâglie Colaço

E-mail: joaoarturkoerich@gmail.com

Resumo: A monografia em questão objetiva verificar o uso da Marca de forma parasitária, ou seja, o aproveitamento da Marca por terceiros não detentores do registro desta em sites de buscas, tendo como tema central do estudo a (im)possibilidade dessa prática, ao buscar o conflito das prestação de serviço oferecida pelos sites de buscas por forma do contrato de link patrocinado com a legislação brasileira. O método de abordagem é dedutivo, por partir do ponto de uma verificação geral da origem e os efeitos da Marca até o embate do Direito de Marca sobre o seu uso sem qualquer concessão do titular do registro. Para esse fim, na construção do estudo com método de procedimento monográfico, são consultadas doutrinas e jurisprudências, contudo, diante da novidade do tema no ordenamento jurídico brasileiro, empregam-se artigos com discussões sobre a área, em especial os relacionados com o teor da Lei de Propriedade Industrial. O estudo inicia-se com a apresentação da linha histórica, bem como do conceito da Marca que, ao decorrer dos anos, teve seu significado alterado diante do seu uso. Além disso, são exibidas suas formas em espécies e modos de apresentação perante o consumidor. Ao decorrer do estudo, adentrando na lide, verifica-se o uso discriminado da Marca em link diverso com a exposição dos quesitos necessários ao seu registro, além de quem lhe é atribuído tal ato, sendo finalmente estudada a possibilidade legal desta forma de publicidade.

Palavras-chave: Marca. Link Patrocinado. Uso Parasitário. Sites de Buscas.

PROGRAMA DE COMPLIANCE E A RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES DAS SOCIEDADES LIMITADAS

Acadêmica: Josiane Martins de Freitas

Orientador: Rodrigo Nunes Lunardelli

Examinadora: Patrícia de Oliveira França

Examinadora: Sâmia Mônica Fortunato

E-mail: josianemdf@gmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é verificar a forma de prevenção da responsabilidade dos administradores das Sociedades Limitadas. Para cumprir o objetivo traçado, o método de abordagem utilizado é o dedutivo, sendo de natureza qualitativa, quanto ao método de procedimento utilizado, é o monográfico e a técnica de pesquisa é a bibliográfica. A pesquisa traz conceitos de Sociedade Empresária, específica o tipo Sociedade Limitada e demonstra como se dá a atuação dos Administradores nas Sociedades Limitadas. Logo, há a definição de *compliance* com seu principal fundamento, Ética e Conduta, para assim, compreensão da Governança Corporativa. Torna-se necessário também, o entendimento das responsabilidades do administrador, podendo ser definidos por atos dentro dos limites impostos pela Sociedade Limitada, por atos de gestão com excesso de poder e por fim, sua responsabilidade na prática de atos ilícitos. Portanto, conclui-se que o *compliance* é um mecanismo utilizado como prevenção da responsabilidade do administrador na Sociedade Limitada, devido à imposição do cumprimento de normas para padronizar a conduta de atuação e diminuir os riscos reputacionais e econômicos.

Palavras-chave: *Compliance*. Administradores. Sociedades Limitadas.

A CURATELA FRENTE ÀS ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Acadêmica: Kátia Victoriano Bunn

Orientador: Pedro Adilão Ferrari Júnior

Examinador: Denis de Souza Luiz

Examinador: Dagliê Colaço

E-mail: katia.bunn@gmail.com

Resumo: Este estudo tem por objetivo identificar as mudanças ocorridas no instituto da curatela após a promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD) – Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Em 30 de março de 2007, foi assinado, em Nova Iorque, o Protocolo Facultativo da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), da Organização das Nações Unidas (ONU). Nesta mesma data, o Brasil tornou-se signatário e, em 25 de agosto de 2009, por meio do Decreto nº 6.949, foi promulgado. Esta Convenção Internacional sobre Direitos Humanos incorporou-se ao ordenamento jurídico brasileiro com força de Emenda Constitucional sob o nº 45/2004, nos termos do Artigo 5º, §3º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), trazendo um novo paradigma ao conceito de deficiência. O art. 12 da referida Convenção prevê que as pessoas com deficiência gozam de capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas em todos os aspectos da vida. Com esse novo entendimento, revogou-se e alterou-se alguns dispositivos do Código Civil de 2002, particularmente os relacionados à teoria das incapacidades, e trazendo o instituto da tomada de decisão apoiada. Com relação aos objetivos específicos, dividem-se no estudo da evolução histórica das incapacidades no direito brasileiro; na identificação das principais alterações e dos efeitos práticos que a novel legislação trouxe consigo e, por fim, a verificação da curatela frente às alterações propostas pelo EPD. Para isso, utiliza-se pesquisa qualitativa, realizada por meio de método dedutivo e de procedimento técnico bibliográfico e documental. Nesse sentido, conclui-se que não existe mais no sistema jurídico brasileiro pessoa maior de idade que seja absolutamente incapaz. Conseqüentemente, não há que se falar mais em ação de interdição absoluta, tendo em vista os menores não serem interditados. Assim, todas as pessoas com deficiência passam a ser plenamente capazes para o Direito Civil, visando ao exercício de seus direitos humanos e de suas liberdades fundamentais, sobretudo, o direito de viver em igualdade com os demais.

Palavras-chave: Estatuto da pessoa com deficiência. Teoria das incapacidades. Curatela.

DIREITO AUTORAL E JOGOS DIGITAIS: UM ESTUDO ACERCA DA REGULAMENTAÇÃO DO DIREITO AUTORAL DOS JOGOS DIGITAIS NO DIREITO BRASILEIRO

Acadêmico: Keiffer Becker

Orientador: Denis de Souza Luiz

Examinadora: Carina Milioli Correa

Examinadora: Patrícia Ribeiro Mombach

E-mail: Keiffer-09@hotmail.com

Resumo: O contemporâneo estudo monográfico, objetiva verificar a regulamentação do Direito Autoral dos jogos digitais na legislação brasileira. A pesquisa se desenvolve com o escopo de responder à seguinte pergunta: Como é realizada a regulamentação do Direito Autoral dos jogos digitais na legislação brasileira? Para uma maior compreensão do tema proposto, o método de produção empregado é de pensamento dedutivo. A pesquisa tem natureza qualitativa e o método de procedimento é o monográfico, com a técnica de pesquisa bibliográfica. Para tanto dedica-se ao conceito de jogos digitais com base em sua evolução histórica e buscando também sua natureza jurídica. Consistem, igualmente, em elemento de estudo, os conceitos, definições e natureza dos Direitos Autorais, bem como a sua diferenciação com outros tipos de propriedades intelectuais que possam se assemelhar. Estudam-se também as legislações cabíveis ao Direito Autoral dos jogos digitais, partindo da perspectiva internacional e finalizando no âmbito nacional. E, por fim, demonstra-se necessidade de uma tipificação dos jogos digitais na legislação Autoral ou até mesmo uma Lei específica para tratar de sua proteção.

Palavras-chave: Direito Autoral. Jogos digitais. Programas de computador.

O DEPOIMENTO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL DIANTE DA LEI Nº 13.431/2017

Acadêmica: Luana Camila Martins

Orientadora: Cristiane Gurlart Cherem

Examinadora: Virgínia Lopes Rosa

Examinador: Adriano Martendal

E-mail: luanacmartins@hotmail.com

Resumo: O objetivo desse trabalho é contextualizar os aspectos do depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Foi utilizado para a sua confecção o método de abordagem dedutivo, ao passo que a natureza da pesquisa foi qualitativa, seguindo o procedimento metodológico monográfico e técnica de pesquisa bibliográfica. Para essa investigação foi analisada a violência de crianças e adolescentes e suas consequências psicológicas e jurídicas, para possibilitar o estudo da escuta especializada e o depoimento especial na Lei nº 13.431/2017 e, por fim, contextualizar os aspectos do depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Outrossim, concluiu-se ser importante o questionamento a respeito do ato de responsabilizar o infante pela produção de provas através do depoimento especial, principalmente nos casos de abuso sexual. Sabe-se que a intenção do depoimento especial é acalantar as consequências psicológicas de uma situação de violência vivenciada, porém, esse procedimento não é impeditivo de danos ao infante.

Palavras-chave: Escuta especializada. Lei nº 13.431/2017. Depoimento especial.

A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E SUA APLICAÇÃO NA ESFERA TRIBUTÁRIA

Acadêmica: Marines Teresa Pasa

Orientador: Hernani Luiz Sobierajski

Examinador: Jeferson Puel

Examinadora: Eliane Luiz Espíndola de Souza

E-mail: marines.pasa@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo o estudo da desconsideração da personalidade jurídica e sua aplicação na esfera tributária. Para a realização da pesquisa científica, é utilizado o método de abordagem do pensamento dedutivo, de natureza qualitativa e, como método de procedimento, o monográfico. A técnica de pesquisa é a bibliográfica, com base na legislação, em doutrinas, em jurisprudências, nos artigos científicos e sites oficiais. Trata da função social da empresa e dos efeitos da personalidade jurídica. São analisadas as razões da aplicação do instituto da desconsideração, ou disregard doctrine, mediante a adoção das teorias inerentes, a depender do caso concreto, bem como as principais condutas que podem levar à desconsideração e que estão contempladas em diversos diplomas legais. Evidencia a aplicação do instituto da desconsideração na esfera tributária. Restou demonstrado, ao final, a importância do instituto da desconsideração como instrumento jurídico para combater as fraudes cometidas sob o manto da autonomia patrimonial da pessoa jurídica, com objetivo de fraudar o fisco e, assim, praticar a evasão de tributos.

Palavras-Chave: Desconsideração da personalidade jurídica. Condutas. Tributo.

A MEDIAÇÃO E A CONCILIAÇÃO DE CONFLITOS NO ÂMBITO DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS A DESJUDICIALIZAÇÃO E O ACESSO À JUSTIÇA

Acadêmica: Margiane Baldus

Orientador: Jeferson Puel

Examinador: Alexandre Russi

Examinadora: Carina Milioli Corrêa

E-mail: gibaldus@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho objetiva verificar em quais hipóteses poderá ser realizada a mediação e a conciliação no âmbito das Serventias Extrajudiciais, e de que forma contribuirão com a desjudicialização e o acesso à justiça. É utilizado o método dedutivo, de procedimento histórico e monográfico, com técnicas de pesquisa bibliográfica. Inicia-se estudando o desenvolvimento histórico e legislativo da atividade dos notários e registradores, segue-se com o conceito de Direito Notarial e Registral e os respectivos princípios norteadores.

Apresentam-se os principais aspectos de cada modalidade de Serventias Extrajudiciais do Brasil. Na sequência, discorre-se sobre a Conciliação, Mediação e Arbitragem. Devido a relevância para pesquisa foram trazidos à discussão, a preocupação do meio jurídico com a crise no judiciário e a tendência do legislador de ampliar as vias de acesso à justiça através da colaboração das Serventias Extrajudiciais. Aponta-se os princípios da duração razoável do processo, a desjudicialização e acesso à justiça, indissociáveis do tema central. Denota-se como resultado da pesquisa monográfica que os notários e registradores podem realizar a mediação e conciliação, nos termos permissivos pelo Provimento nº 67/2018 do Conselho Nacional de Justiça, que regulamenta a matéria, sendo que o artigo 42 da Lei 13.140/2015 prevê uma vinculação com a competência legal da Serventia.

Palavras-Chave: Direito Notarial e Registral. Mediação. Conciliação e Arbitragem. Serventias Extrajudiciais.

A INFLUÊNCIA DO ACORDO DE PARIS NA MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA: OBJETIVOS DA POLÍTICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS – RENOVABIO

Acadêmica: Marina Sabino Baggio

Orientador: Rafael de Miranda

Examinador: João Batista da Silva

Examinadora: Deisi Cristini Schweitzer

E-mail: marinasbaggio@outlook.com

Resumo: O aquecimento global é uma preocupação mundial e isso fez com que o Brasil desenvolvesse o programa RenovaBio. Os objetivos para a construção deste trabalho, versam sobre a forma de evidenciar a influência do Acordo de Paris na matriz energética brasileira, bem como a influência sobre a Política Nacional de Biocombustíveis. Tendo como método a premissa da reunião dos Estados na 21ª Conferência das Partes – COP21, do qual foi conferido o Acordo de Paris e ratificado pelo Brasil. Diante da ratificação do acordo, houve a implementação da Política Nacional de Biocombustíveis, RenovaBio, que tem como incentivo aumentar a produção interna de biocombustíveis, bem como traçar estratégias para a introdução na matriz energética brasileira. O trabalho propõe uma análise da implementação do programa como política pública.

Palavras-Chave: Acordo de Paris. Biocombustível. RenovaBio.

O CÔNJUGE CASADO NO REGIME DA SEPARAÇÃO CONVENCIONAL DE BENS: QUESTÕES DIVERGENTES NO ÂMBITO DO DIREITO SUCESSÓRIO

Acadêmica: Marta Ugoccioni

Orientador: Régis Schneider Ardenghi

Examinadora: Luciana Faisca Nahas

Examinadora: Gisele Rodrigues Martins Goedert

E-mail: martaugoccioni@gmail.com

Resumo: A monografia tem o objetivo de refletir sobre a existência ou não da concorrência sucessória do cônjuge na primeira classe da ordem de vocação hereditária, quando casado no regime da separação convencional. O método de abordagem utilizado é de tipo dedutivo qualitativo, começando com considerações gerais sobre direito de família e sucessões e procedendo com o estudo mais aprofundado do artigo 1.829 do Código Civil. As técnicas de pesquisa são a bibliográfica, por meio de pesquisa doutrinária e documental, por meio de consulta à legislação e jurisprudência. O artigo 1.829 estabelece uma ordem preferencial de chamamento dos herdeiros dispostos em quatro classes, o cônjuge, elevado a condição de herdeiro necessário na terceira classe, é também concorrente com os ascendentes e os descendentes nas primeiras duas. Todavia, a concorrência disposta no inciso I do artigo 1.829 fica vinculada ao regime de bens adotado pelos cônjuges. Essa exigência abriu margem a dúvidas e divergências de entendimentos tanto em âmbito doutrinário como no âmbito jurisprudencial. Neste sentido, o trabalho visa estudar a possibilidade de inclusão ou não do cônjuge casado no regime da separação convencional a participar da herança, já que em vida, por meio de pacto antenupcial, dispôs, de comum acordo com o falecido, pela incomunicabilidade de seu patrimônio. O estudo realizado em jurisprudência corrobora com o último entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que o cônjuge casado no regime da separação convencional de bens concorre à herança com os descendentes do falecido. Todavia, apesar de aparentemente pacificado, o tema continua sendo alvo de debates em âmbito acadêmico e doutrinário.

Palavras-Chave: Separação convencional. Direito Sucessório. Cônjuge.

CONTRATO DE FRANQUIA: UM PARALELO ENTRE O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO, NORTEAMERICANO, PORTUGUÊS E ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA

Acadêmico: Matheus Zim Amaro

Orientador: Gustavo Miranda Schlösser

Examinadora: Fátima Kamel Abed Deif Allah Mustafa

Examinador: Luiz Gustavo Lovato

E-mail: matheus.zim.amaro@terra.com.br

Resumo: Este trabalho tem por objetivo comparar os aspectos jurídicos referentes aos contratos de franquia no ordenamento brasileiro e ordenamentos norte-americano e português. E, além disso, verificar como os tribunais brasileiros aplicam a norma, a luz da segurança jurídica. O presente trabalho foi desenvolvido seguindo a metodologia de abordagem dedutiva, e de natureza qualitativa. O método de procedimento é definido por monográfico e comparativo, sendo a pesquisa realizada exclusivamente por meio bibliográfico. Os conceitos trazidos visam explicar o contrato de franquia, definindo o seu surgimento e caracterizando alguns itens fundamentais como: não concorrência, exclusividade, sigilo e confidencialidade e arbitragem. O pesquisador conclui que em relação aos ordenamentos jurídicos comparados, a norma brasileira se encontra em consonância e não se distingue muito do ordenamento norte-americano, berço do sistema de franquia. Em relação a jurisprudência brasileira foi verificado um respeito às normas e princípios contratuais, gerando um cenário de extrema segurança jurídica para as partes envolvidas nos contratos de franquia.

Palavras-Chave: Direito Empresarial. Contratos. Franquia.

FACTORING: A (DES) NECESSIDADE DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Acadêmica: Micaela Margarida Jardim Barradas Côte

Orientadora: Fátima Kamel Abed Deif Allah Mustafa

Examinadora: Tânia Maria Françosi Santhias

Examinadora: Eliane Luiz Espíndola de Souza

E-mail: micaelacorte@hotmail.com

Resumo: A presente monografia objetiva apresentar a atividade de fomento mercantil, também chamada de *factoring*, o arcabouço legal que lhe dá suporte jurídico, e a tentativa de normatizar este instituto. Pretende-se compreender se de fato existe necessidade de uma norma específica e quais as consequências, na hipótese de vir a ocorrer a sua regulamentação. A metodologia utilizada é dedutiva qualitativa, com método de procedimento monográfico. Traz o histórico e os conceitos relacionados ao instituto do *factoring*, assim como suas definições legais e principais peculiaridades, nomeadamente a irrefutável característica de atividade comercial, e não financeira, bem como de sua excelsa e imprescindível função sócio/econômica. Faz a análise de dois projetos de lei em trâmite, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, mostrando simultaneamente os seus efeitos na regulamentação da atividade. De outro lado, demonstra as dissensões doutrinárias e jurisprudenciais, bem como as incongruências redacionais dos dois projetos, que dogmaticamente descaracterizam o instituto, porém, de modo fático, lhe são benéficas no quesito regresso e garantias, em contraposição às leis vigentes. Por fim, é possível concluir com o presente estudo, pela permanência do instituto em obediência à legislação de praxe, e aos precedentes jurisprudenciais, e entende-se pela necessidade de reavaliação, revisão e adequação da redação, do texto normativo do segundo projeto analisado, na parte relativa ao *factoring*, pois caso venha a ser sancionado poderá entrar em conflito de normas com o direito positivado e princípios do Direito Empresarial.

Palavras-Chave: *Factoring*. Fomento Mercantil. Atividade Comercial. Direito Empresarial.

ABANDONO AFETIVO EM RELAÇÃO AOS PAIS IDOSOS

Acadêmica: Monique Muniz Braga Brattstroem

Orientadora: Gisele R. Martins Goedert

Examinadora: Carolina Aragão de Santana

Examinador: Denis de Souza Luiz

E-mail: Monique.braga@gmail.com

Resumo: O presente trabalho de conclusão de curso se refere ao abandono afetivo em relação aos pais idosos, tem por objetivo demonstrar a possibilidade de reparação civil dos filhos que abandonam afetivamente seus genitores idosos, tendo como base a legislação, as doutrinas e principalmente os princípios constitucionais e infraconstitucionais que norteiam o direito de família, com foco na proteção ao idoso, assim como, pressupostos da responsabilidade civil. Para a efetivação da pesquisa, o método de abordagem utilizado é o dedutivo, pois parte de conceitos, princípios de família, assim como os direitos assegurados aos idosos, para chegar à possibilidade de reparação civil aos filhos, que abandonam afetivamente os pais idosos. A pesquisa é de natureza qualitativa e o método de procedimento o monográfico, bem como a técnica de pesquisa que é bibliográfica. Primeiramente, a pesquisa apresentará os principais aspectos que envolvem a família, a importância da instituição familiar, bem como os principais princípios que norteiam o direito de família, assim como suas funções e especificações. Em seguida, esclarece quem é considerado idoso e como o envelhecimento se dá na esfera familiar. Ainda analisa o Estatuto do Idoso, demonstrando os direitos e proteções que devem ser assegurados. O foco principal da pesquisa são os requisitos ensejadores de responsabilidade civil e a possibilidade de reparação, no caso específico, do abandono afetivo em relação aos pais idosos. Conclui-se, portanto, que é possível responsabilizar civilmente o filho que abandona afetivamente o pai idoso, independentemente de legislação expressa, tendo em vista que a prática do abandono traz danos irreparáveis para vítima, caracterizando ato ilícito, tornando-se possível o dever de indenizar.

Palavras-chave: Idoso. Abandono afetivo. Responsabilidade civil. Indenização.

IMPACTOS DO ACORDO DE LENIÊNCIA NA ATIVIDADE EMPRESARIAL

Acadêmica: Victoria Schmitt Zigelli

Orientadora: Fátima Kamel Abed Deif Allah Mustafa

Examinadora: Eliane Luiz Espíndola de Souza

Examinadora: Tânia Maria Françosi Santhias

E-mail: victoriaszigelli@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho de conclusão de curso versa sobre como a assinatura de um acordo de leniência é capaz de repercutir nas organizações empresariais. O objetivo geral da monografia é identificar os impactos do acordo de leniência no desenvolvimento da atividade empresarial. Para isso, foi realizada pesquisa qualitativa cujo método de abordagem foi de pensamento dedutivo e o método de procedimento foi monográfico. Utilizou-se de pesquisa bibliográfica com análise de doutrinas, artigos científicos e produções acadêmicas relacionadas à temática, com o objetivo de estudar e compreender a atividade empresarial, a importância econômica das organizações empresariais, o acordo de leniência, a função e a responsabilidade social da empresa e a relação existente entre o acordo e a atividade empresarial. Concluiu-se ao final do estudo que a assinatura do acordo de leniência por parte das organizações praticantes de ilícitos anticoncorrenciais ou atos de corrupção é capaz de preservar a atividade empresarial, mantendo a função social da empresa.

Palavras-Chave: Atividade empresarial. Acordo de Leniência. Preservação da Empresa. Função social da empresa.

A UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA NO MERCADO DE CAPITAIS (INSIDER TRADING): O TRATAMENTO DADO PELO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Acadêmico: Vinícius Augusto Cavalcanti de Vasconcelos

Orientadora: Fátima Kamel Abed Deif Allah Mustafa

Examinador: Hercílio Emerich Lentz

Examinadora: Eliana Becker

E-mail: vasconcelos.vini@gmail.com

Resumo: A presente monografia tem como objetivo apresentar a definição do ilícito da utilização de informações privilegiadas no mercado de capitais (insider trading), como nosso ordenamento jurídico a caracteriza, e mostrar quais medidas sancionatórias podem ser aplicadas para reprimir essa conduta, na esfera administrativa, civil e penal. O *insider trading* viola o direito dos investidores à equidade da informação, conduzindo os infratores à posição de superioridade frente aos demais, pondo em risco a confiabilidade do mercado. Isso acarreta o afastamento dos aplicadores, lesa o Sistema Financeiro Nacional, e prejudica a atividade de captação de recursos pelas grandes companhias para investimentos. O método de abordagem utilizado neste trabalho foi o dedutivo, de natureza qualitativa, e técnica de pesquisa bibliográfica e documental. Com a pesquisa, chegou-se à conclusão que há dispositivos legais que preveem e condenam a prática, com a incidência dos parágrafos primeiro e quarto do artigo 155, e parágrafo quarto do artigo 157, da Lei nº 6.404/1976 e o artigo 27-D da Lei 6.385/1976, complementados pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 358/2002, que traz conceitos fundamentais para tipificar a conduta.

Palavras-Chave: Uso de informação privilegiada. *Insider trading*. Mercado de capitais.

PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E O HABEAS CORPUS 152.752

Acadêmico: Wagner Renan Amaral de Souza

Orientadora: Patrícia Ribeiro Mombach

Examinador: Paulo Calgato de Carvalho

Examinador: André Luiz Bermudez Pereira

E-mail: wagnerrenam23@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa tem por objetivo verificar se o julgamento adotado pelo Supremo Tribunal Federal no *habeas corpus* n. 152.752 respeitou o princípio da presunção de inocência, previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) e em legislações internacionais das quais o Brasil é signatário. Desse modo, serão apresentados os efeitos que a observância ao princípio referido produz na legislação infraconstitucional brasileira, além de, verificar as espécies de prisões cautelares existentes no ordenamento jurídico pátrio e conceituar pormenorizadamente a denominada prisão-pena. O método de trabalho apresentado é o dedutivo, posto que parte-se do princípio da presunção de inocência para o julgamento do *habeas corpus* n. 152.752, no qual verificou-se a fundamentação utilizada pelos julgadores e o respeito ao texto constitucional. A natureza é qualitativa, o procedimento é monográfico e a técnica de pesquisa é bibliográfica. Ao concluir os estudos acerca do tema ora discutido, verificou-se que a presunção de inocência é um direito coletivo constitucional, que a legislação infraconstitucional brasileira está em consonância com o princípio supramencionado, mas que o julgamento adotado pelo Supremo Tribunal Federal no *habeas corpus* n. 152.752 não observou tal preceito constitucional, criando uma nova modalidade de prisão não prevista no ordenamento jurídico brasileiro.

Palavras-chave: Presunção de inocência. Prisão-pena. Trânsito em julgado.